

A Cultura de Segurança e Defesa no Ensino Superior em Portugal*

João Vieira Borges

Tenente-Coronel, Assessor de Estudos no IDN e Professor na AM

Resumo

O presente artigo tem como objectivo apresentar um ponto da situação sobre a “Cultura de Segurança e Defesa” no Ensino Superior em Portugal e, na mesma linha, contribuir com alguns subsídios para o seu desenvolvimento, numa altura em que novos desafios se colocam ao Estado e ao Cidadão, no que concerne à Segurança e Defesa. No sentido de consolidar as suas propostas, o autor começa por clarificar alguns conceitos, nomeadamente o de “Cultura de Segurança e Defesa”, para depois destacar a importância da formação moral e intelectual dos futuros quadros superiores da Nação, em especial depois do fim da conscrição nas Forças Armadas. As suas propostas, assentes num “Plano Director de Cultura de Segurança e Defesa”, a implementar pelo IDN na sequência do Programa do XVII Governo, são apresentadas de modo integrado em três áreas de intervenção, como a curricular, a organizativa e a comunitária. Está presente em todo o artigo, a ideia de que vale a pena investir nos jovens universitários, como factor multiplicador de valores e comportamentos, “pressuposto” que o autor considera indispensável para a acção de todos os actores mais ou menos directamente responsáveis pela “Cultura de Segurança e Defesa” em Portugal.

Abstract

In a time of new challenges to the State as to the citizen, in what concerns with Security and Defence, the present article presents the Portuguese situation point of the “Security and Defence Culture” in the Higher Education, and to contribute to its development through some subsidies.

To strengthen his proposals, the author starts to clarify some concepts, such as Security and Defence Culture; and then points out the importance of a moral and intellectual education of the Nation's future leaders, especially after the conscription in the Armed Forces. His proposals, based on a “master plan for Security and Defence Culture”, which will be implemented by the NDI, according to the XVII Governmental Program. They are integrally presented in three intervention areas: such as the curricular one, the organizational and the communitarian. The article underlines the idea of investing in college students, as a multiplying factor of values and behaviours, a presupposition the author considers indispensable for the action of all actors, more or less responsible for the “Security and Defence Culture” in Portugal.

* Intervenção proferida no âmbito das XXII Jornadas IDN/IEEE sobre “Cultura de Cidadania, Segurança e Defesa”, que decorreram em Braga (Universidade do Minho), entre 16 e 19 de Outubro de 2005.

“A articulação da política de defesa com a política de educação deve constituir uma prioridade, que se encara como elemento importante do exercício da cidadania”.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional¹

1. Introdução

Em Portugal, a transformação política, estratégica, económica e social verificada nos últimos anos, a par da profissionalização das Forças Armadas (FA) e do papel crescente destas como instrumento da política externa nacional, são algumas das razões porque os cidadãos, em geral, se preocupam cada vez mais com os temas relacionados com a Segurança e Defesa (SD).

Por outro lado, o Ensino Superior (ES) desempenha e continuará a desempenhar um papel de destaque no desafio global da nova sociedade do conhecimento (Simão, 2002, p.39), sobretudo se estiver assente nos pilares da cidadania, da cultura, da ciência e da inovação.

Assim, abordar a relação entre a “Cultura de Segurança e Defesa” e o “Ensino Superior em Portugal”, pressupõe que comecemos por um pequeno enquadramento conceptual, sobretudo numa altura em que se consolidam novos diplomas estruturantes para o ciclo de planeamento estratégico nacional (caso da LDNFA, que remonta a 1982), que têm a montante novos conceitos, directa ou indirectamente relacionados com a Segurança e Defesa².

As opções conceptuais do autor, pretendem dar mais um contributo para a necessária reflexão, mas sobretudo, apoiar a compreensão do capítulo seguinte, que diz respeito à situação da “Cultura de Segurança e Defesa” em Portugal e à sua relação com o Ensino Superior.

Descortinamos ainda, alguns contributos para o fortalecimento dessa relação entre a SD e o ES, antes das considerações finais, que pretendem traduzir, de modo particularmente sintético, algumas mensagens directamente relacionadas com o caso nacional.

1 Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 de 20 de Janeiro.

2 O actual CEDN e mesmo o Programa do XVII Governo, têm já implícitos novos conceitos de Segurança e Defesa.

Um pressuposto fundamental e indiscutível, que cruzou todo o trabalho e que esteve presente no pensamento de todos quantos nos apoiaram com a sua palavra amiga ou a sua opinião mais ou menos concordante, diz respeito à indiscutível importância da “Cultura de Segurança e Defesa” para os jovens universitários e futuros quadros superiores da Nação, mas também à necessidade de adoptar novos “instrumentos” para fazer face aos novos desafios que se colocam ao Estado e aos Cidadãos.

2. Enquadramento Conceptual

Aprendemos e ensinamos ao longo dos últimos anos, que a Segurança exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem ou foram atenuadas as suas causas e que visa a conservação da sociedade política. Nesta perspectiva, é dever do Estado criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade, livre de ameaças, em liberdade e bem-estar.

Esta visão assenta sobretudo numa visão da Segurança, assegurada pela protecção do Estado, como actor privilegiado das relações internacionais. Assim, de acordo com a legislação nacional³, a **Segurança Nacional** é ainda encarada exclusivamente como o “valor”, como uma condição para que a “Nação” sobreviva, de uma forma soberana, em paz e em liberdade.

Em termos conceptuais, esta visão deriva da versão de 1982 do Instituto da Defesa Nacional (IDN), em que a **Segurança Nacional** é encarada como “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva das pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.” (Viegas, 1998, p. 9).

Mas, de acordo com uma leitura mais global da legislação, para o General Loureiro dos Santos, “o termo Segurança aparece como objectivo”, mas também “como actividade de Forças que, no fundo, levam a efeito medidas de polícia que visam não a «salvaguarda colectiva de pessoas e bens», que é um dos aspectos da Segurança Nacional

³ Na perspectiva americana, a “National Security” ou “Security” constitui o objectivo e as medidas, enquanto a “Defence” constitui a actividade puramente militar. Sobre esta temática (com naturais consequências para as missões das Forças Armadas e das Forças de Segurança) ver Santos (2000).

explicitado na sua definição, mas sim a salvaguarda individual das pessoas e dos bens” (2000, p. 82). Assim, temos assistido, na prática, ao alargar do conceito relacionado com o “valor” (objectivo), ao conjunto de actividades das forças de segurança, mais relacionadas com a segurança individual das pessoas e dos bens.

Na definição apresentada pelo IDN em 1982, a **Defesa Nacional** “é o conjunto de medidas tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente coordenadas e integradas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar a potencialidade da nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, directa ou indirectamente, possam por em causa a Segurança Nacional.” (Viegas, 1998, p.9).

Com o mesmo racional de interligação com a Segurança Nacional, mas de modo mais sucinto, a LDNFA no seu artº 1º define a **Defesa Nacional** como “a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”.

Este conceito “restritivo” de Defesa Nacional, apesar de garantir todos os elementos constitutivos do Estado, pretendia sobretudo evitar uma sobreposição com o conceito de Segurança Nacional, ao “direccionar exclusivamente a defesa para o enfrentamento de um «inimigo externo»” (Morais & Miranda, 2000, p. 41), e ao circunscrever as FA “aos quartéis”.

O facto das novas ameaças serem sobretudo transnacionais e ultraterritoriais, retira desde logo algum espaço de intervenção local e regional ao Estado como entidade soberana, levantando questões estruturais ao nível da identificação das fronteiras da segurança interna e externa, assim como dos órgãos, organizações ou forças responsáveis pela sua garantia.

A Segurança é hoje mais global e dinâmica e menos territorial, colocando no mesmo plano dos Estados, as Organizações Internacionais (OI), as Pessoas Colectivas não Estaduais (PCNE) e as Pessoas Singulares e utilizando de modo crescente os vectores não militares. A Segurança, cujo conceito é, apesar de tudo, muito recente (nos EUA, em 1947 com o National Security Act), constitui uma das questões centrais do estudo das relações internacionais.

Todos estes factores forçaram, nos últimos anos, o aparecimento das novas aplicações da Segurança, muito bem explicadas no estudo de Amitav Acharya (2001), onde podemos descortinar quatro imagens da Segurança: Pessoal, Nacional, Humana e Global (que não desenvolveremos neste trabalho).

Podemos então definir actualmente a Segurança como o “valor”, o garante da sobrevivência, da independência, da conservação, da integridade e da solidariedade duma unidade política, mas também como uma condição para que os cidadãos vivam em paz, democracia e liberdade⁴, no Mundo de todos e para todos. “Entre os Estados da comunidade internacional, significa preferir a negociação e o compromisso à violência. No interior dos Estados significa a participação dos cidadãos na vida pública e significa também a utilização da arbitragem e da negociação para a regulação de tensões e conflitos políticos, económicos, sociais e étnicos” (Fernandes, 2002, p. 90).

Em face da nova tipologia das ameaças e desta visão mais abrangente da Segurança, consideramos que, também ao nível da Defesa, se podem dividir as aplicações ao nível pessoal, nacional (mesmo regional), humanitário e global. E esta operacionalização da Defesa pode ser feita dividindo as responsabilidades de novas dimensões ou componentes (na legislação nacional só existem as componentes militares e não militares), a saber:

- defesa armada, elemento principal mas não exclusivo, que garantisse a sobrevivência da unidade política e os interesses nacionais, também ao nível da segurança humana e global;
- defesa civil, que protegesse as populações e o ecossistema, mantivesse a ordem pública e preservasse a continuidade da acção governativa;
- defesa económica, que assegurasse, desde o tempo de paz, a redução das vulnerabilidades do país e a boa repartição de recursos, contribuindo para o desenvolvimento sustentado e assim, indirectamente, para a segurança humana e global;
- e defesa cultural, que consolidasse a solidariedade colectiva no seio da juventude, e reforçasse a coesão social e o conhecimento da natureza do património cultural (nasce com o civismo e a educação para a cidadania e prolonga-se com a cultura de segurança e defesa).

Esta visão “afrancesada”, adapta mais facilmente, as componentes militares e não militares, à diversidade das novas ameaças e das consequentes acções para as destruir e sistematiza as componentes não militares, normalmente menos cuidadas ao nível

⁴ De acordo com o Programa do XVII Governo: “A segurança é configurada constitucionalmente como um direito fundamental conexionado com o direito à liberdade. Entre ambos existe uma relação de interdependência. Não há liberdade sem segurança nem, verdadeiramente, segurança sem liberdade”.

do Estado, mas crescentemente mais associadas à própria sobrevivência das unidades políticas.

Poderíamos então definir **Segurança e Defesa** como o “espaço aglutinador de valores e actividades identificados directamente com a sobrevivência do Estado, enquanto unidade política, que se traduz na sua independência, conservação, integridade e afirmação internacional, mas também na liberdade e integridade física das populações, e na protecção do património nacional”.

A cultura e a cidadania emergem na sociedade do conhecimento como valores indiscutíveis e complementares (Simão, 2002, p. 41).

Sendo a cultura o ponto de encontro dos costumes, práticas, comportamentos e saberes, que identificam uma região, um povo ou uma Nação, a sua especificidade pode ser trabalhada em termos dum determinado domínio ou área do saber. Assim, falar de cultura musical de um povo ou de cultura literária, é de fácil entendimento e percepção. Por outro lado, falar de cultura de Segurança e Defesa (SD), é de âmbito mais vasto, pois consiste na consolidação da consciência de um conjunto de saberes multidisciplinares (onde também têm lugar os da música e da literatura) ligados à sobrevivência de Portugal enquanto unidade política soberana e independente.

Podemos então identificar a **Cultura de Segurança e Defesa** como um conjunto de costumes, práticas, comportamentos e saberes, de âmbito multidisciplinar, e relacionados directamente com a sobrevivência do Estado, enquanto unidade política, que se traduz na sua independência, conservação, integridade e afirmação internacional, mas também na liberdade e integridade física das populações, e na protecção do património nacional.

Numa altura em que, tanto em Portugal como na maioria dos países, a percepção da insegurança é cada vez maior e mais associada a outros actores que não o Estado, e em que existe simultaneamente um protagonismo crescente das opiniões públicas e da comunicação social, os desafios que se colocam ao “Estado de todos nós”, devem ser encarados como uma motivação mas também com esperança num futuro melhor, mas necessariamente diferente...

3. A importância da Cultura de Segurança e Defesa

Com o domínio das ameaças globais no novo sistema político internacional, as fronteiras da segurança interna e externa ficaram muito ténues, do mesmo modo que

as fronteiras dos países, o que implica arquitecturas e respostas diferentes, mas sobretudo a consciência de que o papel de cada cidadão é importante para a SD do seu País, da sua região, mas também do Mundo. Nesta perspectiva, a SD não é hoje exclusivo de militares ou de alguns peritos ou investigadores, denotando uma crescente abertura (com obvias limitações em algumas áreas) a todos os sectores da sociedade, que assim contribuem de modo mais claro e consciente para o reforço das potencialidades nacionais.

Por outro lado, nos dias de hoje, as Forças Armadas (FA) já não constituem o “espelho da Nação” típico das Nações com modelos de conscrição. Deste modo, e com o actual modelo assente na profissionalização do serviço militar, só uma pequena parte dos cidadãos passa voluntariamente pelas fileiras da instituição militar, onde aprende, com suor e lágrimas, as agruras inerentes à “condição militar”, essencial para a defesa militar do País.

Como se consegue então “implementar” a Cultura de SD na sociedade portuguesa actual, integrada cada vez mais na União Europeia e num Mundo cada vez mais globalizado?

O programa do XVII Governo é explícito quando ao “desenvolvimento de uma Cultura de Segurança e Defesa, nomeadamente através da actividade de investigação, sensibilização e divulgação do Instituto da Defesa Nacional”.

Independentemente dos actores, esse desenvolvimento deve ser feito tendo por base um Programa ou um “Plano Director de Cultura de Segurança e Defesa”, que vise atingir objectivos sustentáveis a curto e a médio prazo. Os estratos etários alvos prioritários desse Plano Director (ou de planos derivados e de âmbito operacional) cruzariam sobretudo os jovens em formação na Escola (a “educação escolar” do Sistema Educativo⁵) que vão desde os mais jovens (ensino básico) aos menos jovens (ensino superior).

O Ensino Básico e o Secundário são actualmente abrangidos pelos decretos 6/2001 e 7/2001 de 18 de Janeiro, no âmbito da “Educação para a Cidadania”, que foi integrada, com carácter transversal, em todas as áreas curriculares e em três áreas de intervenção, a saber:

5 O sistema educativo, que compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar, “engloba o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”.

- Curricular - Projecto educativo, programa inter-disciplinar, objectivos, competências e conteúdos, metodologias de ensino-aprendizagem, avaliação e apoios educativos;
- Organizativa - Regulamento da Escola, cooperação nos órgãos de gestão, na organização de espaços e serviços, em actividades de enriquecimento, na orientação vocacional;
- Comunitária - Participação de Pais e Comunidade, parcerias com instituições e associações locais e/ou nacionais e/internacionais, intercâmbio com escolas.

No final do secundário, e concorrentemente e complementarmente à “Educação para a Cidadania”, são desencadeadas várias acções no sentido de motivar os jovens para se apresentarem como voluntários às FA, preocupação de recrutamento, que associada à reconversão dos militares (que não obtiveram vínculo permanente à instituição), faz parte do leque das grandes preocupações da Instituição Militar.

Assim, a passagem das acções de “Educação para a Cidadania”, para as acções inerentes ao desenvolvimento de uma “Cultura de Segurança e Defesa”, nomeadamente através da actividade de investigação, sensibilização e divulgação, encontra um público privilegiado (não exclusivo como veremos) nos jovens universitários e no Ensino Superior em geral, o espaço de intervenção prioritário da nossa discussão e curiosamente menos directamente ligado ao recrutamento para as FA.

O Ensino Superior dispõe de um núcleo crescente (em termos percentuais e em termos absolutos - com valores muito próximos dos 390.000 inscritos⁶) de cidadãos, com grande potencial para se constituir nos quadros superiores do País, a curto e médio prazo. Serão os futuros líderes de opinião, os líderes das empresas, os professores, os dirigentes políticos, etc., e servirão de referência a futuras gerações e inclusivamente à sua própria geração. Tendo ou não sido alvo de um programa de educação para a cidadania ao longo da sua vida, os jovens universitários estão sempre a tempo de compreender e de reflectir sobre a importância da SD para a sua vida pessoal, para o país e para o Mundo.

No entanto, no Ensino Superior a atitude face à Cultura da SD pode e deve situar-se a dois níveis:

- moral, que se traduz por uma forte consciência de valores a defender;
- intelectual, de compreensão das situações, de avaliação dos riscos e das ameaças.

6 Quando em 1990/91 este valor era de 186.780 alunos inscritos.

Independentemente da importância de todos os actores (desde o agregado familiar aos diferentes funcionários da Universidade), as várias acções podem ser desenvolvidas pró-activamente a quatro níveis diferentes de intervenção:

- pelo Estado;
- pela Universidade;
- pelos Professores (corpo docente);
- pelos Alunos (corpo discente).

Muitas vezes, a iniciativa vem do lado dos alunos e dos professores e não existem mecanismos suficientemente eficazes e motivadores. Outras vezes é o Estado que toma iniciativas que não vão ao encontro do “viver” e das aspirações dos mais jovens. A solução tem sido encontrada na intercepção das acções e das inacções, mas nem sempre com resultados perceptíveis a curto e médio prazo. Vejamos então o que se faz hoje em Portugal...

4. A Segurança e Defesa no Ensino Superior em Portugal

Para além de formar diplomados, o ensino superior tem como objectivo (entre outros), estimular a criação cultural e continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural⁷.

Por outro lado, acentuou-se na última década a ligação entre a Universidade e a Segurança e Defesa em Portugal. O reforço desta ligação teve na sua génese no crescendo exponencial de cursos relacionados directa ou indirectamente com a SD, em especial da área das Relações Internacionais e da Ciência Política. Cresceram simultaneamente os periódicos e as actividades de I&D relacionadas com a SD. Aumentaram também as iniciativas e protocolos entre a Universidade e a Instituição Militar (ou os organismos ligados à SD), por interesse da Universidade, por iniciativa dos Professores e por curiosidade dos Alunos, apesar (ou devido a) do final da conscrição em Portugal, que teve lugar em Setembro de 2004.

⁷ Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto (Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior), DR - I Série - A, nº 166 - 30 de Agosto de 2005.

Vejamos então o que se faz actualmente em Portugal, aos diferentes níveis da SD e ES⁸:

- Do Estado

- No âmbito do MDN

* O Dia da Defesa Nacional⁹ (DDN), que abrande todos os cidadãos recenseáveis (com 18 anos) durante um dia e numa actividade que visa sensibilizar os jovens “para a temática da Defesa Nacional” e “divulgar o papel das Forças Armadas”. O DDN teve uma experiência-piloto em 2003, abrangendo cerca de 1.000 jovens e generalizou-se a todos os cidadãos masculinos legalmente abrangidos a partir de 2004. Em termos concretos, estes objectivos envolvem dimensões como a descrição dos preceitos constitucionais que se relacionam com a Defesa Nacional, os princípios gerais que se relacionam com as FA, os direitos e deveres dos cidadãos, as missões, a organização e os recursos das FA, bem como as diversas formas de prestação de serviço militar existentes e as condições que lhe são inerentes (constituindo um momento ideal para aferir o potencial da atractibilidade dos novos regimes de prestação de serviço). Todo o planeamento, coordenação e organização têm estado a cargo da DGPRM/MDN, mas com a colaboração estreita e activa de todos os Ramos das Forças Armadas. Os inquéritos sociológicos entretanto realizados aos cerca de 45.512 jovens em 2004, indiciam apreciações muito positivas (68,1% muito positivo – para jovens maioritariamente desempregados ou que se encontram no mercado de trabalho, a par de 10,2% com apreciação negativa – para jovens maioritariamente estudantes¹⁰), apesar da grande diversidade dos participantes, em que os jovens universitários constituem cerca de 15% do universo. Tem sido uma acção particularmente prestigiante para as Forças Armadas, um contributo importante para a “radiografia” da juventude portuguesa e um claro investimento na cidadania;

* O apoio do MDN, dos três Ramos das Forças Armadas, da GNR e da PSP (âmbito do MAI) a solicitações pontuais das Universidades/Professores/Associações de

8 Não são aqui incluídas outras acções importantes, mas não directamente relacionadas com o ES, como o Curso de Formação para a Cidadania, destinado a professores do ensino básico e secundário.

9 Na sequência do disposto no artº 11º da Lei do Serviço Militar nº 174/99, de 21 de Setembro.

10 De acordo com relatório de Setembro de 2005 da DGPRM/MDN, “à medida que a escolaridade aumenta, diminui a positividade das apreciações realizadas pelos jovens”. Os jovens com frequência universitária apresentam, em termos médios, a apreciação de valor mais baixo!

Jovens, quer no âmbito de visitas a instalações militares, quer na cedência de instalações ou equipamentos para o desenvolvimento de algumas actividades.

- No âmbito do IDN/MDN
 - * O Curso de Defesa Nacional, com a duração de um ano lectivo, e destinado a quadros superiores da administração pública e da sociedade civil. É ministrado pelo IDN e tem tido a presença de alguns docentes do Ensino Superior entre os cerca de mil auditores já formados nos 30 cursos, ministrados desde 1972 (ainda Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional);
 - * O Curso de Actualização dos Auditores de Defesa Nacional e o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, que abrangem directa ou indirectamente alguns Professores e Alunos do ES;
 - * O Curso de Defesa para Jovens, com a duração de uma semana e destinado prioritariamente a jovens (até aos 30 anos) licenciados e estudantes universitários. É ministrado pelo IDN, que desde 2003 já realizou 5 cursos a mais de 160 jovens, em instalações diversificadas em termos de localização e de pertença a instituições ligadas à SD;
 - * Os protocolos realizados entre o IDN/MDN e as diferentes universidades, com destaque para os estágios curriculares que alguns alunos da área da SD (Relações Internacionais e Ciência Política) realizam no IDN;
 - * O projecto “A SD no ES em Portugal”, pilotado pelo IDN, e que tem por objectivo promover a cultura, a individualização e a divulgação da SD, através das necessárias e adequadas ligações entre o IDN e os diferentes actores do Ensino Superior, e da disponibilização de informação específica ao público em geral. Este Projecto de I&D inclui, entre outras acções, a construção de uma base de dados IDN_GES_PROJ, que dispõe de conteúdos relativos ao ES e à investigação mais directamente relacionados com a SD em Portugal, de modo a apoiar, quer a Direcção do IDN/MDN, quer o público em geral. Entre as palavras-chave de relação entre a SD e o ES destacam-se: Relações Internacionais; Segurança; Defesa; Estratégia; Guerra; Geopolítica; Geoeconomia e Geoestratégia; Conflitos; Organizações Internacionais; Direito Internacional; História Militar; Economia da Defesa; Cidadania; Ameaças. A base de dados, que disponibilizará ao público em geral, a partir do primeiro semestre de 2006, os conteúdos de Universidades, Institutos, Cursos, Unidades de Investigação e Periódicos, já tem “carregados” em Outubro de 2005: 25 Universidades (das quais 10 de

Lisboa e 6 do Porto); 112 cursos (dos quais 38 licenciaturas e 21 mestrados); 476 disciplinas; 212 Professores; 20 Unidades de I&D; 22 Projectos de I&D e 17 Periódicos;

- * A edição de publicações sobre SD (Nação e Defesa, Livros da Colecção Atena - caso do “Pensar a Segurança e Defesa”, e Newsletter do IDN) no sentido de sensibilizar os cidadãos em geral para as grandes questões da SD e o mundo universitário em particular.
- Da Universidade
 - * O crescendo de cursos (licenciaturas e mestrados) ligados à SD (Relações Internacionais, Estratégia, ...) e mesmo de disciplinas da área da SD incluídas em vários cursos;
 - * Os Cursos de Liderança ministrados pela Academia Militar a Alunos da Universidade do Minho, desde 1998, e depois seguidos pela Universidade de Évora e pelo IST¹¹. O Curso de Liderança ministrado pela AM a alunos da UM (inicialmente com a duração de três semanas e actualmente de duas), com base no princípio da reciprocidade, leva também à Universidade os futuros oficiais para um “curso de sociedade de informação”. Esta iniciativa, a que tivemos o privilégio de nos associar desde o seu início, já formou mais de 160 jovens universitários (voluntários) da UM¹² e já contribuiu para que esta Universidade ganhasse um prémio internacional do suplemento ao diploma, no âmbito do processo de Bolonha;
 - * Os cursos de pós-graduação e mestrados, realizados pelos (ou nos) diferentes Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (EN, AM, AFA, IESM e seus antecessores ISNG, IAEM e IAEFA) em cooperação com as Universidades, que formam alguns alunos civis em SD (casos das Pós-graduações em Guerra de Informação ou em Liderança e Mestrados em História Militar ou em Liderança);
 - * A realização de estágios curriculares de alunos universitários das áreas de Relações Internacionais e Ciência Política nos diferentes EMES (caso da AM-CINAMIL, do ISNG, etc.);

11 Na sequência do protocolo de cooperação assinado entre o EME e a UM, no Quartel-general da RMN, a 24 de Setembro de 1998.

12 E mais recentemente, em Setembro de 2004, um “Estágio de Liderança” para 11 Professores da UM, aos quais se juntaram, durante uma semana, 4 professores da AM. Também com base no princípio da reciprocidade, a UM ministrou a 10 professores da AM, um “Estágio em Sociedade da Informação”.

- * A I&D em parceria com o MDN (ainda muito limitada, mas com especial destaque para o IST), no sentido da necessária ligação entre a Universidade, o Mundo Empresarial e o Reequipamento das FA ou das Forças de Segurança.
- Dos Professores
 - * A iniciativa no que concerne à organização de conferências e seminários sobre a temática da SD e a participação em fóruns desta natureza no IDN, nos EMES ou noutros organismos ligados directa ou indirectamente à SD;
 - * A investigação nas temáticas da SD, e a publicação dos diferentes trabalhos em periódicos ou em edições de âmbito diversificado;
 - * As organização de visitas a instituições ligadas à SD como a PSP, a GNR, as FA, o CJLisbon (Comando da NATO em Oeiras)...
- Dos Alunos
 - * A curiosidade pelas temáticas da SD, demonstrada na enorme adesão a todas as iniciativas dos restantes actores;
 - * A participação em actividades mais ligadas ao “aprender a fazer” e ao “aprender a ser”;
 - * A criação de associações de jovens, que solicitam com alguma frequência apoios de diversos tipos (cedência de instalações e fornecimento de equipamentos) ao MDN, aos três Ramos das FA à GNR e à PSP.

O conjunto das acções acima descritas só contempla uma parte não significativa da juventude universitária portuguesa, o que constitui uma lacuna a colmatar com acções de sensibilização e formação envolvendo maior número de jovens ou alargada a grupos multiplicadores (caso de dirigentes associativos, dirigentes de juventudes partidárias ou a jornalistas...). Por outro lado, não existe uma arquitectura organizacional nacional claramente preparada para os novos desafios (da SD mas também do ES, sobretudo no âmbito do processo de Bolonha), factos que nos deixam espaço para o levantamento de algumas sugestões, tendo por referência a experiência (não só nacional) dos últimos anos e a consolidação do trabalho de qualidade entretanto efectuado e em curso.

5. Fortalecer a relação entre a Segurança e Defesa e o Ensino Superior

Apesar da evolução positiva a que temos assistido nos últimos anos, é importante lançar alguns subsídios para um funcionamento mais coordenado e integrado de todas as actividades no futuro. As nossas posições foram inclusivamente reforçadas muito recentemente pelas apreciações menos positivas dos jovens universitários (relativamente aos restantes) aquando do Dia da Defesa Nacional, o que pressupõe um investimento cuidado mas adequado a um universo que fará parte dos futuros quadros da administração pública e da sociedade civil em geral.

No entanto, o fortalecimento das relações entre a SD e o ES tem de se fazer numa perspectiva que vá ao encontro das transformações em curso na SD e no ES. Por isso, é importante repensar a SD no Ensino Superior, tendo por base um melhor conhecimento da “Juventude Hoje” (mais e melhores estudos sociológicos), mas numa linha de continuidade das acções em curso no Ensino Básico e Secundário e, sobretudo, nas mesmas três áreas de intervenção: curricular; organizativa; comunitária.

Por outro lado, seria importante acompanhar o que de melhor se faz na Europa (e em particular decorrente do processo de Bolonha), mantendo também a actual metodologia para as acções pontuais, na sequência das solicitações das Universidades, dos Professores ou das Associações de Alunos.

Em termos de público alvo, e no sentido de colmatar as lacunas decorrentes das limitações em termos do número de formandos, seria importante atribuir um espaço privilegiado de intervenção a jovens multiplicadores dos valores e dos comportamentos, caso dos futuros jornalistas ou dos dirigentes das associações de estudantes universitários e das juventudes partidárias.

As acções deverão ser contínuas e sustentadas, mas com uma estratégia de acção indirecta, deixando espaço de intervenção a todos os actores, sobretudo quando precisamos mais de um “Estado de Todos” num Mundo crescentemente globalizado.

Deixamos então alguns subsídios que poderão e deverão ser trabalhados com maior profundidade por todos os actores:

5.a. Área curricular

- Criar umas “Jornadas de Segurança e Defesa” destinadas explicitamente a Jovens Universitários até aos 25 anos (na sequência de protocolos a realizar entre o MDN, o MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o MAI - Ministério

da Administração Interna - e as Universidades). Estas Jornadas, a organizar e a ministrar (bianualmente - uma em cada semestre lectivo) no IDN (Lisboa e Porto)¹³, poderiam ter a duração de 2 a 5 dias e contemplar unidades de crédito ECTS¹⁴ (em coordenação com o MCTES) para efeitos dos diferentes cursos. Poderiam inclusivamente ser considerados dois tipos de cursos, um mais orientado para os jovens universitários frequentando cursos mais ligados à SD, e outro, para os jovens universitários em geral. As Jornadas poderiam ter como objectivos: apresentar as razões e as grandes linhas da política de defesa nacional; discutir em regime aberto algumas problemáticas “actuais” ligadas à SD e à Defesa Nacional; ilustrar a informação com contactos directos com responsáveis das FA ou das componentes não militares da DN. Estas Jornadas, destinadas exclusivamente ao público universitário, seriam complementares do Curso de Defesa para Jovens, que assim se orientaria para os jovens entre os 25 e os 30 anos, mas que já fizessem parte do mundo do trabalho (licenciados ou não) e como formação contínua e simultaneamente preparatória para o Curso de Defesa Nacional. Nesta perspectiva, o Curso de Defesa para Jovens poderia ter também unidades de crédito ECTS atribuídas (importante para a formação ao longo da vida), apesar da prioridade para a consolidação das relações pessoais e profissionais entre os vários jovens quadros superiores da administração pública e da sociedade civil em geral.

- Incentivar a inclusão de mais cadeiras opcionais da área da SD e de pequenos cursos (na linha do curso de liderança da AM-UM incluído no suplemento ao diploma de Bolonha), aos quais fossem atribuíveis unidades de crédito ECTS.

5.b. Área organizativa

- Criar uma estrutura eficaz e eficiente, mas centralizada no MDN/IDN na linha do programa do XVII Governo, que reforça a ligação do IDN ao Ensino Superior. Esta estrutura, a incluir num “Plano Director de Cultura de Segurança e Defesa”, poderia contemplar, no IDN, a criação de uma Divisão de Estudos de Segurança e Defesa¹⁵,

13 Sem esquecer os jovens dos Açores e da Madeira.

14 European credit transfer system.

15 Tal como em França (esta Divisão existe no instituto congénere do IDN - o IHEDN) poderia ter as seguintes tarefas: “contribuir” para o reconhecimento dos conhecimentos de segurança e defesa no seio da instituição

que teria maior intervenção nas acções abertas a mais do que um curso e do que uma universidade, e que implicassem apoios para além de um Ramo das FA, a PSP e a GNR, uma abordagem mais alargada da SD, ou uma coordenação atempada e concertada.

- Desenvolver e apoiar acções no sentido de tornar a SD como uma área do domínio do saber, quer ao nível do MCTES, quer ao nível da I&D (FCT/MESCT). A criação da área científica de SD abriria algumas portas à necessária ligação entre a Investigação da Universidade, as Empresas, e os diferentes programas de reequipamento das FA ou das FS.

5.c. Área Comunitária

- Investir no fornecimento de informação sobre SD ao público em geral, o que está em curso no IDN com o Projecto “SD no ES em Portugal”. O investimento nas novas tecnologias, como instrumento de mais fácil transmissão da SD aos jovens universitários, poderia alargar-se dos portais institucionais (MDN, IDN...) a novos portais, os quais poderiam ser alvo de um sistema de acreditação, com aferição pública e transparente (caso de portais como o portalmilitar.net, o jornaldefesa.com ou o Portal da História);
- Criar um prémio científico na área da SD, orientado especialmente para jovens investigadores e que tenha por objectivo motivar a investigação nesta área do conhecimento e fortalecer a ligação entre a Universidade e a SD. Este prémio, na continuidade dos actuais prémios Defesa Nacional (Ligados à História Militar ou ao Ambiente), que se poderia designar de “Prémio Segurança e Defesa Nacional” (a regulamentar ao nível do IDN/MDN), constituiria mais uma motivação e um reconhecimento para os jovens universitários mais ligados às questões da SD;

universitária e na sequência duma relação privilegiada com a Direcção do ES do MCTES; proceder regularmente a um levantamento das actividades no domínio da segurança e defesa, sob a forma de um anuário de estudos de segurança e defesa em Portugal; “financiar” a realização de projectos de I&D; organizar e preparar o concurso de um prémio científico.

- Empenhar (em coordenação muito próxima com as associações respectivas) os ex-auditores nas actividades de formação dos jovens universitários, mas também em outras actividades em prol da sociedade, como a colaboração com o MDN no Dia da Defesa Nacional, no Dia das FA e, sobretudo, no Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas.

As consequências de todas estas propostas (algumas já em curso) poderão situar-se em acções e comportamentos de médio e longo prazo, que se traduzam em homens e mulheres com maior consciência dos objectivos políticos nacionais, mais orgulho no seu país e mais confiança no Futuro de Portugal.

6. Considerações Finais

Os últimos anos consubstanciaram novas condições políticas e estratégicas ao nível do sistema político internacional, mas também novas ameaças (de carácter sobretudo global) e novos riscos, situações que no seu conjunto vêm alterando os desafios que se colocam ao Estado e ao Cidadão no que concerne à Segurança e Defesa.

Portugal não tem constituído uma excepção a esta evolução, e o facto de ter alterado o seu modelo de FA (entre outros, como o demográfico e o social) assente, desde Setembro de 2004, na profissionalização do serviço militar, trouxe novos desafios no que respeita à “Educação para a Cidadania” e à “Cultura de Segurança e Defesa”.

Na linha das várias acções desenvolvidas a diferentes níveis (com destaque para o papel do IDN), e sem esquecer a necessária e adequada articulação da política de defesa com a política de educação, devemos continuar a investir na “Cultura de Segurança e Defesa” em Portugal, com especial destaque para o Ensino Superior, que forma e prepara os futuros quadros da administração pública e da sociedade civil em geral. Ao jovem universitário, que hoje não passa, na sua grande maioria, pela instituição militar, devem ser transmitidas as dimensões moral e intelectual da SD, com instrumentos diversificados (teóricos e práticos), mas na continuidade da “Educação para a Cidadania” já consolidada nos ensinamentos básico e secundário.

Neste sentido, e quando hoje a Defesa se faz mais “por” valores e por um tipo de organização da sociedade, do que “contra” ameaças (cada vez mais globais), é essencial um “Plano Director de Cultura de SD” cuidado, mas consequente, assente na valori-

zação do nosso capital social e no reforço do “carácter, da liderança e da cidadania” dos jovens em geral e dos jovens universitários em particular.

O crescendo de cursos superiores ligados à SD e de iniciativas que têm aproximado a Universidade e os jovens universitários da componente militar da SD, aumenta as responsabilidades do Estado. Nessa perspectiva, apresentámos uma série de medidas enquadráveis no referido Plano Director (com destaque para as “Jornadas de Segurança e Defesa” e para o “Projecto de SD no ES”), as quais, se trabalhadas e implementadas, poderão reforçar a cultura de SD dos jovens universitários e futuros quadros superiores do país. As medidas em causa exigem empenho político, mas sobretudo requerem um esforço concertado e interministerial em prol do interesse nacional.

Não esqueçamos que investir no desenvolvimento da “Cultura de Segurança e Defesa” no Ensino Superior, é investir em melhores líderes para Portugal, e num futuro de Paz e Liberdade para os nossos Filhos.

Vale sempre a pena...

Bibliografia

Acharya, Amitav, “Human Security”, *International Journal*, 56, 2001, pp. 442-460.

Buzan B. & Waeaver, O., *Security: A new framework for Analysis*, Boulder, West-view Press, 1998.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, *Jovens e Forças Armadas – Estudo no âmbito da Defesa Nacional*, Lisboa, Setembro de 2005.

Borges, João Vieira, “A Academia Militar e Universidade do Minho ensinam a Liderar na Sociedade da Informação”, *Jornal do Exército*, Ano XLV, Nº 534, Lisboa, Novembro de 2004, pp. 14-19.

Borges, João Vieira, “Carácter, Liderança e Cidadania no Ensino Superior”, *Revista Nação e Defesa*, número Extra Série, Julho 2004, pp. 201-208.

Brandão, A. P., “Segurança: um conceito contestado em debate”, *Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*, Lisboa: Prefácio, 2004, pp. 37-55.

Crespo, Vitor, *Ganhar Bolonha, Ganhar Futuro: O Ensino Superior no Espaço Europeu*, Gradiva, Lisboa, 2003.

David, Charles-Philippe & **Roche**, Jean-Jacques, *Théories de la sécurité*, Paris: Montchrestien, 2002.

Fernandes, José Pedro de Sousa e Castro, *A Segurança da Europa Ocidental: uma arquitetura Euro-Atlântica Multidimensional*, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, Lisboa, 2002.

Henriques, Mendo Castro, e **Rodrigues**, Arlindo, e **Cunha**, Filipe, e **Reis**, João, *Educação para a Cidadania*, Plátano Editora, 2ª ed., Lisboa, 2000.

IHEDN, *Comprendre la Defense*, Económica, Paris, 2002.

Morais, C. B., & **Miranda**, J., *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, IDN, Lisboa: Edição Cosmos, 2000.

Nogueira, José Freire (coord.), *Pensar a Segurança e Defesa*, Edições Cosmos/IDN, Lisboa, 2005.

Sampaio, J., *A Defesa Nacional e as Forças Armadas*, Lisboa: Presidência da República, 2002.

Santos, J. Loureiro dos, *Reflexões sobre Estratégia: Temas de segurança e defesa*, Mem Martins: IAEM – Publicações Europa-América, 2000.

Simão, José Veiga, **Santos**, Sérgio Machado dos, **Costa**, António de Almeida, *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Gradiva, Lisboa, 2002.

Viegas, J. M. Silva, *Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (anotada)*, Lisboa: IAEM, 1988.